

101

Advogado

Data da prova:

Domingo, 20/7/2025

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno contendo as provas objetiva e discursiva. A prova objetiva é composta por 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A paz do coração é o paraíso dos homens.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de provas, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva, o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas somente quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término do tempo fixado para a realização das provas.
- Após o término das provas, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação das provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhum momento das provas.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "U"

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Questões de 1 a 30

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

Questões de 1 a 10

Texto para responder às questões 1 e 2.

1 A associação entre a violência contra os animais e a
 2 violência contra as pessoas tem sido uma das poderosas
 3 linhas de discussão no campo da biopolítica, além de uma
 4 questão premente na literatura contemporânea, a exemplo
 5 dos livros de JM Coetzee, como *A vida dos animais* (1999),
 6 no qual o escritor sul-africano aborda as questões do animal
 7 e das relações entre humanos e outros viventes por uma
 8 visão prismática, proporcionando um debate aberto e
 9 matizado sobre esses tópicos nos campos da ótica, da
 10 política e da literatura.

11 Em suas tramas, o autor explora os possíveis
 12 vínculos entre a vitimização de animais e problemas sociais
 13 humanos. Trata, dessa forma, a questão dos animais como
 14 um desafio permanente ético para a humanidade, numa
 15 abertura explícita ao debate contemporâneo em torno do
 16 problema. Nesse sentido, ele se destaca como o pensador
 17 que, no campo da literatura, mais contribuição tem dado a
 18 esse debate em expansão em vários campos disciplinares,
 19 propiciando novas maneiras de reconfigurar, fora dos
 20 domínios do antropocentrismo e do especismo, o próprio
 21 conceito de humano.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/287730204_A_vida_dos_outros_J_M_Coetzee_e_a_questao_dos_animais>. Acesso em: 5 jul. 2025, com adaptações.

QUESTÃO 1

De acordo com o texto, o escritor JM Coetzee destaca-se como o pensador que mais contribui para o debate acerca da questão dos animais por

- (A) evidenciar novas formas de explicar o que é ser humano.
- (B) permitir outras formas de repensar a concepção de humano.
- (C) fornecer um modo tradicional de reconsiderar o ideal de humano.
- (D) adotar modelos inovadores para refletir a respeito da definição de humano.
- (E) promover uma nova forma de compreensão do entendimento de humano.

QUESTÃO 2

A respeito das relações de coesão e dos aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No primeiro parágrafo, o emprego das expressões "além de" (linha 3) e "no qual" (linha 6) contribui para as relações de coesão textual, introduzindo, em ambos os casos, um termo explicativo.
- (B) A substituição de "dessa forma" (linha 13) por "entretanto" manteria os sentidos e as relações coesivas do texto.
- (C) A expressão "esses tópicos" (linha 9) refere-se aos "livros de JM Coetzee" (linha 5).

- (D) No segundo parágrafo do texto, os termos "Trata" (linha 13) e "ele" (linha 16) retomam, por coesão, o mesmo sujeito: "o autor" (linha 11).
- (E) O elemento coesivo "Nesse sentido" (linha 16) foi utilizado para introduzir um esclarecimento, podendo ser substituído, sem prejuízo para o sentido original do texto, por **Ou seja**.

Texto para responder às questões de 3 a 6.

1 A Inteligência Artificial (IA) representa uma
 2 oportunidade única para impulsionar o desenvolvimento em
 3 direção a um futuro mais equitativo, promovendo a
 4 inovação, aumentando a produtividade, avançando práticas
 5 sustentáveis e melhorando a vida das pessoas em todo o
 6 planeta de maneira concreta.

7 Para atingir esse objetivo, a governança global da IA
 8 deve mitigar riscos potenciais e atender às necessidades de
 9 todos os países, especialmente os do Sul Global. Ela deve
 10 operar conforme estruturas regulatórias nacionais e a Carta
 11 das Nações Unidas, respeitar a soberania, bem como ser
 12 representativa, orientada para o desenvolvimento, acessível,
 13 inclusiva, dinâmica, responsiva, fundamentada na proteção
 14 de dados pessoais, nos direitos e interesses da humanidade,
 15 na segurança, na transparência, na sustentabilidade e
 16 conducente à superação das crescentes brechas digitais e
 17 de dados, dentro de e entre os países. É necessário um esforço
 18 global coletivo para estabelecer uma governança de IA que
 19 represente nossos valores compartilhados, mitigue riscos,
 20 construa confiança e garanta colaboração e acesso
 21 internacional amplo e inclusivo, incluindo capacitação para
 22 países em desenvolvimento, com as Nações Unidas no
 23 centro.

24 A proliferação de iniciativas de governança e as
 25 visões divergentes na coordenação multilateral em nível
 26 internacional podem agravar as assimetrias existentes e a
 27 lacuna de legitimidade da governança global em questões
 28 digitais, erodindo ainda mais o multilateralismo.

29 De forma a apoiar debate construtivo em direção a
 30 uma abordagem mais equilibrada, nós, os líderes do BRICS,
 31 concordamos com um conjunto de diretrizes para promover
 32 o desenvolvimento, a implantação e o uso responsável de
 33 tecnologias de IA para o desenvolvimento sustentável e o
 34 crescimento inclusivo. Essas diretrizes, que se referem
 35 estritamente ao uso da IA no domínio não militar, devem ser
 36 aplicadas por meio das estruturas nacionais ou
 37 internacionais aplicáveis, bem como por meio do
 38 desenvolvimento de padrões e protocolos interoperáveis, em
 39 processos inclusivos, transparentes e baseados em consenso.

Declaração dos Líderes do Brics sobre Governança Global da Inteligência Artificial. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/documentos/documentos-da-presidencia-brasileira>>. Acesso em: 6 jul. 2025.

QUESTÃO 3

De acordo com o texto, o papel das Nações Unidas na governança global da IA consiste em

- (A) centralizar os esforços globais para estabelecer uma governança inclusiva.
- (B) desenvolver restrições para o uso de tecnologias militares.
- (C) substituir as estruturas regulatórias nacionais.
- (D) eliminar as brechas digitais entre países desenvolvidos.
- (E) impulsionar o desenvolvimento global para um futuro com menos desigualdades.

QUESTÃO 4

“Para atingir esse objetivo, a governança global da IA deve mitigar riscos potenciais e atender às necessidades de todos os países, especialmente os do Sul Global. Ela deve operar conforme estruturas regulatórias nacionais e a Carta das Nações Unidas, respeitar a soberania, bem como ser representativa.”

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do trecho apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome “Ela” refere-se à Inteligência Artificial.
- (B) A palavra “conforme” expressa uma ideia de proporcionalidade.
- (C) A expressão “bem como” estabelece uma comparação entre os elementos citados.
- (D) O sinal indicativo de crase em “atender às necessidades” é obrigatório, dada a regência do verbo atender e a flexão do substantivo feminino “necessidades”.
- (E) A substituição de “Para” por **Ao**, em “Para atingir esse objetivo” manteria o sentido original do texto.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa que indica, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, a melhor reescritura do trecho “Essas diretrizes, que se referem estritamente ao uso da IA no domínio não militar, devem ser aplicadas por meio das estruturas nacionais ou internacionais aplicáveis [...]”

- (A) **Essas diretrizes devem ser aplicadas por intermédio das estruturas nacionais ou internacionais aplicáveis, que referem-se estritamente ao uso da IA no domínio não militar [...].**
- (B) **Através das estruturas nacionais ou internacionais aplicáveis, essas diretrizes que se referem estritamente ao uso da IA no domínio não militar, devem ser aplicadas [...].**
- (C) **Devem ser aplicadas essas diretrizes que referem-se estritamente ao uso da IA no domínio não militar por meio das estruturas nacionais ou internacionais aplicáveis [...].**
- (D) **No domínio não militar, essas diretrizes que se referem, estritamente, ao uso da IA devem ser aplicadas pelas estruturas aplicáveis nacionais ou internacionais [...].**
- (E) **Essas diretrizes referem-se estritamente ao uso da IA no domínio não militar e devem ser aplicadas mediante as estruturas nacionais ou internacionais aplicáveis [...].**

QUESTÃO 6

O texto da Declaração dos Líderes do BRICS é predominantemente

- (A) narrativo, visto que relata, na primeira pessoa do plural, acontecimentos atuais para reforçar a importância da governança global da IA.
- (B) injuntivo, pois é categórico ao determinar, por meio do uso recorrente da forma verbal “deve”, que a governança global da IA atinja os objetivos elencados.
- (C) dissertativo, destacando a importância da governança global da IA para um futuro mais equitativo, por meio de argumentos lógicos e consistentes.

- (D) descritivo, haja vista o detalhamento das ações necessárias para atingir os objetivos da governança global da IA.
- (E) prescritivo, uma vez que estabelece regras dos chefes de Estados dos países que compõem o BRICS para a regulamentação do uso da IA.

Texto para responder às questões 7 e 8.

1 O estado do Piauí abriga 7.378 indígenas
 pertencentes a cinco etnias, distribuídas em sete municípios
 — com destaque para Piriipiri e Lagoa de São Francisco,
 4 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e
 Estatística (IBGE). Os povos originários exercem um papel
 crucial na história e na cultura do Piauí, em especial para a
 7 agricultura familiar, ao produzirem alimentos em suas
 próprias comunidades. Em abril deste ano, o estado tornou-se
 o primeiro do Brasil a executar o PAA Indígena (Programa
 10 de Aquisição de Alimentos), que compra a produção
 agrícola dessas comunidades e a destina para entidades que
 atendem famílias em situação de vulnerabilidade, com o
 13 objetivo de reduzir os níveis de insegurança alimentar,
 incentivando a produção, comercialização e aquisição de
 alimentos de qualidade. Além de promover segurança
 16 alimentar e nutricional, o PAA Indígena valoriza a
 diversidade de produtos e fortalece a autonomia econômica
 18 dos povos indígenas.

Disponível em: <<https://www.pi.gov.br>>. Acesso em: 4 jul. 2025, com adaptações.

QUESTÃO 7

Considerando o texto apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) Infere-se do texto que o Estado do Piauí é dividido em sete municípios.
- (B) A substituição de “Além de” (linha 15) por **Ademais** manteria os sentidos do texto.
- (C) As palavras “indígena”, “estatística” e “próprias” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- (D) O Piauí é o primeiro estado do País a criar o PAA Indígena.
- (E) Conforme o último período do texto, o PAA diversifica a produção agrícola dos povos originários.

QUESTÃO 8

De acordo com os aspectos gramaticais do texto apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) O emprego do gerúndio “incentivando” (linha 14) introduz ideia de continuidade em relação ao trecho que o antecede.
- (B) As formas verbais empregadas no texto, em sua maioria, foram empregadas no modo subjuntivo, o que expressa ações certas e reais.
- (C) A concordância e os sentidos do texto seriam preservados caso o trecho “a destina” (linha 11) fosse alterado para: **as destinam**, de modo que passaria a retomar o termo “comunidades” como referente.
- (D) Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o “se”, em “tornou-se” (linha 8), fosse suprimido.
- (E) Os verbos “reduzir” (linha 13) e “promover” (linha 15) representam a forma do infinitivo impessoal, pois não apresentam sujeito específico.

QUESTÃO 9

No que se refere ao Manual de Redação da Presidência da República quanto ao correio eletrônico (*e-mail*), assinale a alternativa correta.

- (A) O *e-mail*, como gênero textual, não é considerado um documento oficial e, portanto, dispensa a linguagem formal.
- (B) O campo Assunto deve ser conciso e genérico, como o uso da palavra “Reunião”, para facilitar a identificação pelo destinatário.
- (C) Empregar abreviações como “vc” e “pq” ou texto em caixa alta para destaques é aceitável no texto de *e-mails* corporativos, em razão do respectivo caráter menos formal.
- (D) A escolha do fecho e a linguagem do texto do *e-mail* podem variar de acordo com o grau de informalidade permitido pela situação.
- (E) Em comunicações para outras instituições ou desconhecidos, o vocativo “Prezado(a) Senhor(a)” é aceitável, mas “Senhor(a)” seguido do cargo é o padrão preferencial.

QUESTÃO 10

Em relação ao Manual da Presidência da República, a redação oficial deve caracterizar-se, entre outros atributos, pelo princípio constitucional da

- (A) economicidade e se manifesta pela concisão da mensagem enviada.
- (B) moralidade e se manifesta pelas impressões individuais do remetente.
- (C) publicidade e se manifesta pela adaptação da linguagem ao destinatário.
- (D) impessoalidade e se manifesta pelo tratamento impessoal do assunto e do destinatário.
- (E) eficiência e se manifesta pela utilização de linguagem rebuscada para maior formalidade.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CRMV-PI

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

A respeito do exercício da profissão de zootecnista, tendo por base o disposto na Lei nº 5.550/1968, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido o exercício da profissão de zootecnista somente ao profissional diplomado no estrangeiro.
- (B) Na administração pública, é obrigatória, sob pena de crime de responsabilidade, a apresentação do diploma por parte daqueles que exercerem cargos privativos de zootecnista.
- (C) A lei não traz as atividades privativas previstas ao zootecnista.
- (D) O poder de disciplinar e aplicar penalidades ao zootecnista compete exclusivamente ao conselho de medicina em que ele estiver inscrito ao tempo da falta punível.
- (E) É dispensada a realização de concurso público para contratação de zootecnistas pela Administração Pública.

QUESTÃO 12

A respeito da reativação da inscrição, nos termos da Resolução CFMV nº 1.475/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) O profissional que tiver sua inscrição cancelada não poderá reativá-la.
- (B) O requerimento de reativação será analisado e decidido pela Secretaria-Geral do CRM.
- (C) Para reativação, bastará ao profissional pagar todas as anuidades referentes ao período em que esteve afastado.
- (D) O profissional cuja inscrição tenha sido cancelada, que desejar reativá-la, deverá apresentar pedido ao CFMV.
- (E) Para reativação, o profissional deverá preencher o requerimento de inscrição dirigido ao CRMV, anexar fotografia atualizada, gerar e pagar os respectivos boletos relativos à reativação, à expedição da cédula de identidade profissional e à anuidade.

QUESTÃO 13

Nos termos da Resolução CFMV nº 1.475/2022, quanto ao registro do estabelecimento, as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, e os demais estabelecimentos cujas atividades básicas sejam privativas ou peculiares à Medicina Veterinária ou à Zootecnia

- (A) não estão obrigadas ao registro no Sistema CFMV/CRMVs.
- (B) estão obrigadas ao registro no Sistema CFMV/CRMVs, ainda que sejam filiais, sucursais, depósitos ou similares, devendo contar com responsável técnico encarregado das atividades e serviços, cuja relação será formalizada mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- (C) estão obrigadas ao registro no Sistema CFMV/CRMVs, desde que não sejam filiais, sucursais, depósitos ou similares, devendo contar com responsável técnico encarregado das atividades e serviços, cuja relação será formalizada mediante ART.
- (D) estão obrigadas ao registro no Sistema CFMV/CRMVs, desde que não sejam filiais, sucursais, depósitos ou similares, sendo opcional contar com responsável técnico encarregado das atividades e serviços, cuja relação será formalizada mediante ART.
- (E) estão obrigadas ao registro no Sistema CFMV/CRMVs, ainda que sejam filiais, sucursais, depósitos ou similares, sendo opcional contar com responsável técnico encarregado das atividades e serviços, cuja relação será formalizada mediante ART.

Área livre

QUESTÃO 14

A Resolução CFMV nº 1.330/2020 regulamenta o Código de Processo Ético-Profissional no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs. Acerca do assunto, e em especial quanto à defesa, assinale a alternativa correta.

- (A) A defesa, que pode ser apresentada por escrito ou tomada a termo, deverá estar acompanhada de todos os documentos e do rol de testemunhas e, quando subscrita por procurador, de cópia do instrumento de mandato.
- (B) Poderá ser expresso na citação o direito do profissional de ser representado por procurador, advogado ou não.
- (C) A designação de defensor dativo deverá recair, exclusivamente, sobre advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- (D) Os defensores dativos não serão remunerados por seu trabalho.
- (E) O denunciado ou representado defendido por defensor dativo não poderá intervir no processo.

QUESTÃO 15

De acordo com o Código de Processo Ético-Profissional no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs (Resolução CFMV nº 1.330/2020), os prazos serão contados a partir da data de

- (A) expedição da comunicação pelo destinatário, e serão computados os dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados; a contagem terá início no primeiro dia útil seguinte à comunicação.
- (B) expedição da comunicação pelo destinatário, e serão computados os dias corridos, incluindo-se sábados, domingos e feriados; a contagem terá início no primeiro dia útil seguinte à comunicação.
- (C) recebimento da comunicação pelo destinatário, e serão computados os dias corridos, incluindo-se sábados, domingos e feriados; a contagem terá início no primeiro dia útil seguinte à comunicação.
- (D) recebimento da comunicação pelo destinatário, e serão computados os dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados; a contagem terá início no dia do recebimento da comunicação.
- (E) recebimento da comunicação pelo destinatário, e serão computados os dias corridos, incluindo-se sábados, domingos e feriados; a contagem terá início no dia do recebimento da comunicação.

Área livre

QUESTÃO 16

A Resolução CFMV nº 1.267/2019 aprovou o Código de Ética do Zootecnista. De acordo com esse ato normativo, assinale a alternativa que apresenta corretamente os deveres fundamentais do zootecnista.

- (A) Fornecer as informações de interesse público às instituições competentes, aos profissionais da área e à população, observado o sigilo profissional.
- (B) Apropriar-se de bens móveis ou imóveis, públicos ou privados de que tenha posse em razão de cargo ou função ou desviá-los em proveito próprio ou de outrem.
- (C) Fixar seus honorários profissionais levando em consideração o trabalho e o tempo necessários para a realização da atividade, a complexidade de atuação, o local da prestação dos serviços e a condição socioeconômica do cliente.
- (D) Deixar de aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício dos animais, do homem e do meio ambiente.
- (E) Acumpliciar-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de zootecnista ou de qualquer outra atividade profissional.

QUESTÃO 17

O Código de Ética do Zootecnista (Resolução CFMV nº 1.267/2019) determina que as infrações éticas serão classificadas em

- (A) ética, administrativa e criminal.
- (B) advertência, suspensão e expulsão.
- (C) ética, grave e administrativa.
- (D) ética leve, moral leve, ética grave e moral grave.
- (E) levíssima, leve, séria, grave e gravíssima.

QUESTÃO 18

Com base no Código de Ética do Médico-Veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016), assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido ao médico-veterinário utilizar-se de posição hierárquica para impedir que seus subordinados atuem dentro dos princípios éticos.
- (B) É permitido ao médico-veterinário, em caráter de exceção, participar de banca examinadora de que se encontre impedido de fazê-lo.
- (C) É tolerado que o médico-veterinário negue, sem justificativa, sua colaboração profissional a colega que dela necessite.
- (D) É vedada ao médico-veterinário a convivência com o erro ou qualquer conduta antiética em razão da amizade, da inimizade, ou ainda, com finalidade de manutenção de vínculo empregatício.
- (E) É defeso ao médico-veterinário desprezar as cláusulas dos contratos de sociedade ou as regras de contratos trabalhistas quando entre colegas.

QUESTÃO 19

A Resolução CFMV nº 1.138/2016 trata, no Capítulo XIV, das infrações e das penalidades. Acerca desse assunto, assinale a alternativa que indica os fatores considerados para a gradação da penalidade e a respectiva imposição.

- (A) A falta cometida na defesa de prerrogativa profissional e a ausência de punição disciplinar anterior.
- (B) A maior ou menor gravidade da infração, as circunstâncias agravantes e atenuantes da infração, o dano causado e suas consequências e os antecedentes do infrator.
- (C) As classificações levíssimas, leves, sérias, graves e gravíssimas.
- (D) Se a defesa foi apresentada de forma tempestiva e por profissional habilitado.
- (E) A reincidência, qualquer forma de obstrução de processo, o falso testemunho ou perjúrio, aproveitar-se da fragilidade do cliente e cometer a infração com abuso de autoridade ou violação do dever inerente ao cargo ou função.

QUESTÃO 20

De acordo com os termos da Resolução CFMV nº 1.120/2016, que normatiza procedimentos para recuperação de créditos resultantes de anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais créditos das pessoas físicas e jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de vencimento da parcela, incidirá apenas multa sobre o seu valor.
- (B) Decorrido um dia do vencimento de qualquer parcela, o acordo será rompido, o que resultará no ajuizamento da execução fiscal dos débitos.
- (C) Rompido o acordo, fica vedada nova negociação.
- (D) No caso de vencimento da parcela, incidirão sobre seu valor apenas juros de mora e correção monetária.
- (E) O mesmo débito poderá ser objeto de acordo por duas vezes, caso o motivo originador seja o rompimento.

INFORMÁTICA Questões de 21 a 25

QUESTÃO 21

O conceito de computação em nuvem (*cloud computing*) revolucionou a forma como pessoas e empresas armazenam e acessam dados. Acerca desse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) Permite o acesso a arquivos, *softwares* e serviços, por meio da internet sem a necessidade de que estes estejam instalados ou armazenados diretamente no computador do usuário.
- (B) Exige que o usuário instale e mantenha todos os *softwares* e a infraestrutura de servidores no respectivo local de trabalho.
- (C) Refere-se exclusivamente ao armazenamento de arquivos em um dispositivo físico pessoal, como um *pen drive* ou HD externo.
- (D) Funciona apenas em redes de computadores que não têm acesso à internet, como as *intranets* corporativas.
- (E) Limita o acesso aos dados a um único computador, impedindo o compartilhamento e a colaboração entre diferentes usuários.

QUESTÃO 22

Os navegadores *web* modernos, como o Google Chrome e o Microsoft Edge (sucessor do Internet Explorer), oferecem um modo de navegação que não salva o histórico de *sites* visitados, *cookies* ou informações inseridas em formulários no dispositivo do usuário. Esse recurso é conhecido como

- (A) modo de segurança.
- (B) modo *offline*.
- (C) *firewall* de rede.
- (D) navegação anônima ou privativa.
- (E) navegação por *proxy*.

QUESTÃO 23

No contexto de redes de computadores corporativas, é comum a utilização de uma rede privada, que emprega a mesma tecnologia da internet, mas é de uso exclusivo dos colaboradores de uma organização. Essa rede restrita denomina-se

- (A) Extranet.
- (B) Intranet.
- (C) Rede Social Corporativa.
- (D) Internet das Coisas (IoT).
- (E) World Wide Web (WWW).

QUESTÃO 24

No editor de textos Microsoft Word, uma das tarefas mais comuns é a formatação de parágrafos. A funcionalidade que permite alinhar o texto simultaneamente às margens esquerda e direita, criando uma aparência uniforme nas laterais do documento, denomina-se

- (A) centralizar.
- (B) alinhar à esquerda.
- (C) justificar.
- (D) alinhar à direita.
- (E) recuar parágrafo.

QUESTÃO 25

As redes sociais são plataformas *on-line* que conectam pessoas com interesses em comum. No ambiente corporativo, uma rede social se destaca por ser voltada especificamente para relacionamentos profissionais, sendo utilizada para *networking*, recrutamento e divulgação de perfis de carreira. No que se refere a esse assunto, é correto afirmar que a referida rede social é o

- (A) Instagram.
- (B) Facebook.
- (C) TikTok.
- (D) WhatsApp.
- (E) LinkedIn.

Área livre

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questões de 26 a 30

QUESTÃO 26

O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao somatório de todos os produtos finais da economia de uma determinada região, seja ela uma cidade, estado ou país. No Brasil, esse indicador é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele serve para avaliar a evolução da economia ano a ano e para compará-la à *performance* de outras nações. Assim, consegue-se ver como o indicador evoluiu de um período para o outro. Se a produção do ano atual tiver sido menor do que a do ano anterior, dizemos que o PIB do país foi negativo no exercício em questão.

Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/pib-produto-interno-bruto/>>. Acesso em: 7 jul. 2025, com adaptações.

Considere que o PIB de determinado país tenha apresentado, no último triênio, as taxas de crescimento anuais de 6%, -2% e 5%. Diante desse caso hipotético, qual foi a taxa de variação do PIB no país, ao longo desse triênio, com aproximação até a segunda casa decimal?

- (A) 9,04%
- (B) 9,07%
- (C) 10,04%
- (D) 10,07%
- (E) 9,98%

QUESTÃO 27

André é advogado ou Beatriz é analista de tecnologia.
Carlos é contador e Denise não é advogada.
Se Edson é analista, então André não é advogado.

Considerando que todas as proposições apresentadas são verdadeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) André é advogado.
- (B) Beatriz é analista de tecnologia.
- (C) Carlos é advogado.
- (D) Denise é contadora.
- (E) Edson não é analista de tecnologia.

QUESTÃO 28

O coordenador de logística de uma empresa que faz entregas especiais percebeu que o tempo de entrega de um produto precível, utilizando-se automóvel a certa velocidade média, era 6 horas. Ele percebeu também que era possível aumentar em 50% a velocidade média, sem desobedecer aos limites máximos de velocidade no percurso da entrega. Nessas condições, é correto afirmar que, na nova situação, o tempo de entrega será

- (A) diminuído em 3 horas.
- (B) aumentado em 3 horas.
- (C) diminuído em 2 horas.
- (D) aumentado em 2 horas.
- (E) aumentado em 4 horas.

QUESTÃO 29

Considere que, para movimentar uma festa junina e arrecadar fundos, os organizadores tenham anunciado um jogo em que 11 pessoas poderão participar em cada rodada. Cada participante, em ordem de chegada, deverá adquirir uma ficha e escolher um número de 2 a 12. Após a venda de todas as fichas, dois dados, um azul e outro amarelo, serão lançados, e o ganhador será aquele cuja ficha tenha o número igual à soma das faces de cada dado voltadas para cima.

Nessas condições e com base nos conhecimentos de probabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A probabilidade de ganhar o jogo é a mesma para todos os participantes.
- (B) O jogador que adquirir a ficha com o número 12 tem a maior chance de ganhar o jogo.
- (C) A probabilidade de vencer com a ficha com o número 8 é seis vezes maior que a probabilidade de vencer com a ficha com o número 2.
- (D) A probabilidade de vencer com a ficha com o número 7 é igual a 0,5.
- (E) A probabilidade de vencer o jogo com a ficha com o número 4 ou com a ficha com o número 10 é a mesma.

QUESTÃO 30

Se todo contador é bom em raciocínio lógico e algum contador é advogado, é correto afirmar que

- (A) existem bons em raciocínio lógico que são advogados.
- (B) alguns bons em raciocínio lógico não são advogados.
- (C) todo advogado é bom em raciocínio lógico.
- (D) alguns advogados não são bons em raciocínio lógico.
- (E) não há contadores que sejam advogados.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 31 a 60

QUESTÃO 31

No que diz respeito à manifestação do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Constituinte Derivado (PCD) é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem constitucional anterior e criando um novo Estado.
- (B) O PCD Decorrente foi uma manifestação específica e já exaurida do Poder Derivado. O art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) previu que, cinco anos após a promulgação da Constituição, seria realizada uma revisão constitucional. Essa revisão ocorreu e, portanto, trata-se de uma norma de eficácia exaurida, não podendo ser invocada novamente.
- (C) O PCD Reformador é uma consequência direta da forma federativa de Estado adotada no Brasil. Ele consiste na capacidade que os Estados-membros têm de se auto-organizarem por meio da elaboração de suas próprias constituições estaduais.
- (D) Compete ao Poder Constituinte Originário (PCO) decidir como e quando a nova Constituição será estabelecida, não se submetendo a nenhuma forma ou procedimento pré-definido pela ordem jurídica que veio a substituir.
- (E) O PCD Revisor é a capacidade de modificar a Constituição por meio de emendas constitucionais.

QUESTÃO 32

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e suas respectivas ações constitucionais previstas no Texto Constitucional de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Conceder-se-á *habeas corpus* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (B) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são violáveis, razão por que a Constituição assegura o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- (D) A lei poderá prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (E) Conceder-se-á *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

QUESTÃO 33

No que se refere à organização do Estado brasileiro e à repartição de competências, assinale a alternativa correta.

- (A) Emitir moeda é competência afeta pela Constituição aos Estados-membros.
- (B) Organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei, é competência atribuída aos municípios.
- (C) Compete privativamente à União legislar a respeito de desapropriação.
- (D) Legislar acerca do direito urbanístico é uma competência privativa atribuída à União.
- (E) Compete privativamente à União legislar no tocante à responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e aos direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

QUESTÃO 34

A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa que corresponde a um ente legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal.

- (A) Conselho Federal de Medicina Veterinária
- (B) Partido político criado, porém sem representação no Congresso Nacional
- (C) Mesa de câmara municipal
- (D) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- (E) Entidade de classe de âmbito estadual

QUESTÃO 35

O princípio que confere maior importância ao Direito como um todo, do qual deriva a obrigação de se respeitar, inclusive, a noção de legitimidade do Direito, e que estabelece que a Administração Pública deve nortear-se pela efetividade da Constituição e pautar-se pelos parâmetros da legalidade e da legitimidade, intrínsecos ao Estado Democrático de Direito, é o princípio da

- (A) juridicidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) publicidade.
- (D) eficiência.
- (E) efetividade.

QUESTÃO 36

No que diz respeito aos poderes administrativos, a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para restringir e condicionar, com fundamento na lei, o exercício de direitos, com o objetivo de atender ao interesse público é denominada poder

- (A) regulamentar.
- (B) de polícia.
- (C) disciplinar.
- (D) hierárquico.
- (E) regulatório.

QUESTÃO 37

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos administrativos discricionários ou regradados são editados sem margem de liberdade por parte do agente público, uma vez que os seus elementos estão integralmente previstos na legislação.
- (B) Os atos administrativos vinculados envolvem margem de liberdade por parte do agente público, que pode analisar a conveniência e a oportunidade para sua edição.
- (C) A admissão é o ato administrativo discricionário que permite o exercício de determinada atividade pelo particular ou o uso privativo de bem público.
- (D) A autorização é o ato administrativo vinculado que reconhece o direito ao recebimento de determinado serviço público pelo particular.
- (E) Os atos administrativos de consentimento são aqueles editados a pedido do particular, viabilizando o exercício de determinada atividade e a utilização de bens públicos.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- (A) Órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (B) Bens e serviços especiais são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- (C) Agente público diz respeito, exclusivamente, ao indivíduo que, em virtude de eleição ou nomeação, exerce mandato ou cargo público.
- (D) Entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (E) Contratado é a pessoa física ou jurídica que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório.

QUESTÃO 39

O direito real público que permite a utilização da propriedade alheia pelo Estado ou por seus delegatários com o objetivo de atender ao interesse público é denominado

- (A) requisição.
- (B) ocupação temporária.
- (C) tombamento.
- (D) desapropriação.
- (E) servidão administrativa.

Área livre

QUESTÃO 40

Considere que a União, a fim de atender à demanda por serviços de saúde em determinada região da cidade, tenha decidido abrir uma unidade de pronto atendimento (UPA). Para tanto, será necessário fazer a locação de um imóvel cujas características permitam a rápida instalação dos equipamentos médicos para início imediato do atendimento. Nesse caso, de acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2001), a União poderá fazer a locação por meio de

- (A) dispensa de licitação.
- (B) contratação direta.
- (C) licitação, na modalidade concorrência.
- (D) diálogo competitivo.
- (E) pregão eletrônico.

QUESTÃO 41

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz as figuras do agente de contratação e da comissão de contratação. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente de contratação pode ser um agente público sem vínculo efetivo com a administração, desde que designado por autoridade competente.
- (B) Em licitação que envolva bens ou serviços comuns, o agente de contratação deverá ser substituído pela comissão de contratação.
- (C) Quando a modalidade de licitação for o diálogo competitivo, a licitação será, obrigatoriamente, conduzida por comissão de contratação composta exclusivamente por servidores efetivos.
- (D) A comissão de contratação será formada por, no mínimo, três membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente.
- (E) No curso da licitação, o agente de contratação é o único responsável pelos atos praticados, e não cabe responsabilidade à equipe de apoio designada para auxiliá-lo.

Área livre

QUESTÃO 42

O sistema de registro de preços (SRP) é um instrumento previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), que permite ao poder público realizar contratações de forma mais ágil e econômica. Quanto ao SRP, assinale a alternativa correta.

- (A) Órgãos ou entidades da Administração Pública que necessitem dos bens e serviços incluídos na ata de registro de preços podem realizar contratações diretas, sem a necessidade de realizar uma nova licitação.
- (B) Trata-se de um instrumento auxiliar da licitação, que pode ser usado em qualquer modalidade de licitação.
- (C) Trata-se de uma nova modalidade de licitação, que pode ser usada para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.
- (D) A adesão à ata de registro de preços é obrigatória para todos os órgãos ou entidades da administração pública federal.
- (E) O edital para licitação de registro de preços não pode prever preços diferentes para o mesmo item, independentemente, do local de entrega ou de armazenamento.

QUESTÃO 43

A habilitação é o procedimento pelo qual se verifica se os licitantes possuem as condições necessárias para celebrar o contrato com a Administração Pública. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) autoriza a dispensa, total ou parcialmente, da entrega dos documentos para habilitação no caso de

- (A) locação de imóveis para uso da Administração Pública.
- (B) contratações artísticas.
- (C) contratações para entrega imediata.
- (D) licitação na modalidade diálogo competitivo.
- (E) empresas estrangeiras que não funcionam no País.

QUESTÃO 44

As licitações exigem que o gestor público observe uma série de princípios, a fim de garantir que o processo licitatório seja justo, transparente, eficiente e voltado ao interesse público, cumprindo seu objetivo constitucional de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ao priorizar microempresas locais ou exigir critérios de sustentabilidade, promoção da inclusão e redução das desigualdades, a licitação está atendendo ao princípio da(o)

- (A) igualdade.
- (B) impessoalidade.
- (C) eficiência.
- (D) combate a mudanças climáticas.
- (E) desenvolvimento nacional sustentável.

Área livre

QUESTÃO 45

Acerca do direito às férias, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado perde o direito às férias se tiver mais de 10 faltas justificadas no período aquisitivo.
- (B) As férias devem ser concedidas em um só período, sendo vedado o fracionamento, mesmo por motivo de necessidade do serviço.
- (C) O início das férias não pode coincidir com o período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- (D) O pagamento da remuneração de férias deve ser feito até o quinto dia útil do mês subsequente ao início do gozo.
- (E) O empregado poderá converter dois terços do período de férias em abono pecuniário, desde que requeira até 15 dias antes do término do período aquisitivo.

QUESTÃO 46

Considere que certo empregado tenha trabalhado durante oito anos, como auxiliar técnico, em uma empresa de manutenção de elevadores. Após reiterados atrasos no pagamento de salários e a recusa da empresa em fornecer os equipamentos de segurança exigidos para sua função, ele notificou seu empregador e, diante da persistência das irregularidades, ajuizou ação trabalhista pleiteando a rescisão indireta do contrato de trabalho.

Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) A rescisão indireta gera os mesmos efeitos da dispensa sem justa causa, sendo devidos aviso-prévio, décimo terceiro salário, férias proporcionais, saque do FGTS com multa e seguro-desemprego.
- (B) O trabalhador tem direito apenas ao saldo de salário e às férias vencidas, pois a rescisão indireta não gera direito à multa de 40% do FGTS.
- (C) A legislação não prevê hipótese de rescisão indireta nos casos em que o empregado for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
- (D) A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não prevê a rescisão indireta como causa de extinção contratual.
- (E) A ausência de fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI) não caracteriza falta grave do empregador.

Área livre

QUESTÃO 47

Suponha que Maria tenha sido contratada como secretária executiva em uma empresa privada, com salário fixo mensal. Após três meses, passou a receber comissões mensais por fechamento de contratos realizados pelos diretores da empresa. Ao solicitar esclarecimento a respeito da inclusão das comissões no cálculo de suas férias e do 13º salário, o setor de pessoal informou que esses valores não compunham sua remuneração, pois não eram pagos por produtividade direta dela. Essa informação está

- (A) correta, pois somente gratificações expressamente previstas no contrato de trabalho integram a remuneração.
- (B) correta, pois comissões eventuais pagas não integram a remuneração da empregada.
- (C) correta, pois apenas o salário contratual fixo é considerado remuneração para fins legais.
- (D) incorreta, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) veda qualquer exclusão de verbas da remuneração, independentemente de habitualidade.
- (E) incorreta, pois as comissões habituais, ainda que vinculadas a atos de terceiros, integram a remuneração.

QUESTÃO 48

O direito de propriedade é disciplinado no Livro III do Código Civil brasileiro. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O proprietário legal de um bem imóvel, salvo em caso de inadimplemento de obrigações civis, não poderá ser privado dele por desapropriação.
- (B) O direito de propriedade confere ao titular a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, bem como o direito de reavê-la de quem injustamente a possui ou detenha.
- (C) Se a coisa estiver locada a terceiros, o proprietário não responde pelos encargos que recaiam sobre ela.
- (D) É vedada a limitação voluntária ao exercício do direito de propriedade, de acordo com o Código Civil.
- (E) A propriedade somente pode ser adquirida mediante registro do título no cartório de registro de imóveis, não havendo hipótese legal de aquisição originária sem esse registro.

QUESTÃO 49

No Direito Civil, a obrigação é uma relação jurídica entre duas ou mais pessoas, e sua existência depende de elementos essenciais, sem os quais não se constitui como uma relação obrigacional válida. Assinale a alternativa que indica elementos essenciais para a existência da obrigação, de acordo com o Código Civil brasileiro.

- (A) Objeto lícito, sujeito indeterminado e causa
- (B) Apenas o consentimento manifesto e forma prevista em contrato
- (C) Consentimento tácito, sujeito difuso e objeto determinado
- (D) Sujeito ativo e sujeito passivo desprovidos de capacidade civil
- (E) Sujeito passivo, sujeito ativo, objeto lícito, possível e determinado ou determinável

QUESTÃO 50

O afastamento da autonomia da pessoa jurídica, com a consequente responsabilização pessoal dos sócios ou administradores pelos atos praticados com abuso em nome dela, é denominado desconsideração da personalidade jurídica. No tocante a esse mecanismo jurídico, conforme previsto no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) É admissível exclusivamente em hipótese de dissolução irregular da sociedade, quando verificada a insuficiência de bens sociais suficientes para satisfazer as obrigações.
- (B) Depende de prévia liquidação judicial para apuração dos prejuízos causados aos credores.
- (C) Somente pode ser decretada por decisão judicial quando constatado abuso da personalidade jurídica, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- (D) Aplica-se apenas às sociedades empresárias, não se estendendo às associações ou fundações.
- (E) Permite-se ao credor aplicá-lo, de forma imediata e automática, sem a necessidade de intervenção judicial, desde que comprovado o abuso.

QUESTÃO 51

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) disciplina as relações de consumo. Considerando as disposições desse Código, assinale a alternativa correta.

- (A) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo.
- (B) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios não têm a responsabilidade de informar os consumidores acerca da periculosidade de produtos ou serviços, ainda que tenham ciência dessa condição.
- (C) As informações ou a publicidade insuficientemente precisas, veiculadas por qualquer meio de comunicação, relacionadas a produtos e serviços oferecidos não integrarão contratos que vierem a ser celebrados.
- (D) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.
- (E) Superendividamento é a impossibilidade manifesta de o consumidor, pessoa natural ou jurídica, pagar parcialmente suas dívidas exigíveis e vincendas, sem comprometimento de sua existência.

Área livre

QUESTÃO 52

Com base nas disposições gerais da Constituição Federal de 1988 e do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- (B) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela denominação atribuída pela lei, a depender de sua hipótese de incidência.
- (C) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória que constitui sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada.
- (D) A União pode instituir empréstimos compulsórios para investimentos relevantes por meio de lei ordinária, desde que urgentes.
- (E) Municípios e estados podem instituir contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, desde que a cobrança não seja em conjunto com a tarifa de energia elétrica.

QUESTÃO 53

Quanto às limitações ao poder de tributar disciplinadas pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade recíproca permite à União conceder isenção de tributos estaduais e municipais para atender ao interesse público.
- (B) Imunidades condicionadas não estão previstas no texto constitucional, mas apenas em leis infraconstitucionais.
- (C) As imunidades tributárias têm como efeito principal a delimitação negativa da competência tributária dos entes políticos.
- (D) As imunidades tributárias alcançam também as atividades econômicas exploradas pelo ente público em regime de concorrência com o setor privado.
- (E) A União não pode instituir imposto não uniforme sobre regiões com desenvolvimento desigual.

QUESTÃO 54

A respeito dos tributos em espécie, de acordo com Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O fato gerador do imposto sobre a importação, de competência da União, é caracterizado pelo desembaraço aduaneiro da mercadoria estrangeira.
- (B) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) pode ter sua alíquota majorada para imóveis desocupados, ainda que localizados fora da zona urbana.
- (C) O imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) é devido pelo tomador de crédito, cambista, segurado ou participante da operação, conforme dispuser a lei.
- (D) Taxas podem ser instituídas para custear serviços públicos gerais e indivisíveis.
- (E) As contribuições de melhoria podem incidir também sobre imóveis situados fora da área diretamente beneficiada pela obra pública.

QUESTÃO 55

Considerando as disposições do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), com as respectivas alterações posteriores, assinale a alternativa correta.

- (A) A regra da ordem cronológica para julgamento pode ser afastada pelo juiz sem fundamentação, sempre que houver interesse público relevante.
- (B) A publicidade dos atos processuais é a regra geral, sendo vedada qualquer limitação de acesso às partes ou a seus procuradores em casos de segredo de justiça.
- (C) A norma processual pode retroagir para atingir atos já praticados validamente sob a vigência da norma revogada, caso beneficie o jurisdicionado.
- (D) O contraditório pode ser relativizado em decisões de mérito, desde que o juiz fundamente a respectiva opção pelo julgamento imediato da lide.
- (E) A cooperação processual exige comportamento colaborativo de todos os sujeitos do processo, incluindo o juiz, para garantir a efetividade e a razoável duração do processo.

QUESTÃO 56

De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), com as respectivas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) A suspensão do processo em razão do falecimento do réu só ocorre se ajuizada ação de habilitação pelos herdeiros no prazo de 6 meses, sob pena de extinção com resolução de mérito.
- (B) Os atos processuais devem ser realizados em dias úteis, das 6h às 20h, admitindo-se a sua conclusão após esse horário quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- (C) A formação do processo ocorre apenas após o despacho inicial do juiz determinando a citação das partes.
- (D) A assinatura eletrônica de juízes não é admitida nos pronunciamentos judiciais, exigindo-se sempre assinatura manuscrita.
- (E) Os atos processuais digitais dispensam a regulamentação pelo CNJ, sendo competência exclusiva dos tribunais locais.

Área livre

QUESTÃO 57

Nos termos do Novo Código de Processo Civil (NCPC), assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão judicial deve ser interpretada considerando todos os seus elementos, em conformidade com a boa-fé.
- (B) O julgamento antecipado do mérito é possível quando houver necessidade de produção de provas ou quando o réu for revel e não houver pedido de produção probatória.
- (C) Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor só poderá apresentar novos documentos após o saneamento do processo.
- (D) Em qualquer hipótese de incapacidade processual ou de irregularidade da representação, o juiz deverá extinguir o processo sem resolução de mérito, independentemente da fase processual.
- (E) A alteração do pedido e da causa de pedir pelo autor no curso do processo pode ser realizada livremente até a sentença, sem necessidade de anuência do réu.

QUESTÃO 58

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), e acerca dos direitos dos titulares e do tratamento de dados sensíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais de crianças poderá ser condicionado ao fornecimento de informações além das estritamente necessárias para participação em jogos ou aplicações, desde que com o consentimento dos pais.
- (B) O titular dos dados pessoais não possui direito de solicitar revisão de decisões com base exclusivamente em tratamento automatizado, quando essas decisões afetarem seu perfil de crédito.
- (C) Os controladores deverão disponibilizar informações a respeito da coleta e do uso de dados pessoais de crianças, porém não há obrigação de adaptar a linguagem ou utilizar recursos acessíveis ao público infantil.
- (D) É direito do titular solicitar a portabilidade dos seus dados pessoais a outro fornecedor, mediante requisição expressa, observados os segredos comercial e industrial e regulamentação da autoridade nacional.
- (E) Dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular poderão ser utilizados livremente pelo controlador, ainda que em prejuízo do titular, desde que respeitadas os princípios da lei.

Área livre

QUESTÃO 59

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) disciplina as responsabilidades dos agentes públicos, militares, bem como das pessoas físicas ou entidades privadas que detenham informações em virtude de vínculo com o poder público. De acordo com essas disposições, assinale a alternativa correta.

- (A) O militar ou agente público que se recusar a fornecer informação requerida nos termos da lei responde apenas administrativamente, não havendo possibilidade de responsabilização por improbidade administrativa.
- (B) A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública compete exclusivamente à autoridade máxima do órgão ou entidade pública, sendo assegurada defesa prévia no prazo de 10 dias.
- (C) A conduta de destruir documentos referentes a violações de direitos humanos por agentes do Estado não está prevista como ilícito disciplinar ou administrativo, já que não configura transgressão média ou grave.
- (D) A pessoa física ou entidade privada vinculada ao poder público não pode sofrer a sanção de suspensão temporária de participar de licitações, mas apenas advertência e multa.
- (E) Os órgãos e as entidades públicas respondem pelos danos causados por divulgação não autorizada de informações sigilosas ou pessoais apenas quando houver dolo comprovado do agente responsável.

QUESTÃO 60

Orçamento é o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza o Poder Executivo a realizar receitas e despesas para um período determinado. Assinale a alternativa que corresponde à definição correta de um dos aspectos do orçamento.

- (A) No aspecto político, é uma ferramenta de intervenção estatal na economia e do programa de governo.
- (B) No aspecto econômico, é o meio pelo qual são previstas as receitas e autorizados os gastos.
- (C) No aspecto jurídico, é um instrumento de concretização das políticas públicas e do programa de governo.
- (D) No aspecto contábil, é a ferramenta de intervenção estatal na economia, com vistas à estabilização, ao crescimento e à redistribuição.
- (E) No aspecto técnico-administrativo, é um instrumento de planejamento, gestão e controle da execução orçamentária.

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo. A falta de observação dessa orientação acarretará a anulação da prova do candidato.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, o texto a seguir.

O orçamento público é um instrumento jurídico, contábil, político e econômico, através do qual o Poder Legislativo autoriza o Executivo a arrecadar receitas e executar despesas públicas em determinado período, visando concretizar as políticas públicas, respeitando os princípios constitucionais orçamentários. Notadamente, a doutrina não alcança um consenso quanto à conceituação do orçamento público, apresentando distintas definições que refletem as diversas perspectivas sobre o instituto.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema “natureza jurídica do orçamento público”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- i. em que consiste a divergência doutrinária; **[3,0 pontos]**
- ii. posicionamento da doutrina majoritária; **[2,0 pontos]**
- iii. entendimento do Supremo Tribunal Federal; **[2,0 pontos]** e
- iv. conclusões quanto à natureza jurídica do orçamento público. **[3,0 pontos]**

Área livre

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento